

IMPACTOS DA POLÍTICA NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM RETROCESSO

IMPACTS ON THE *POLÍTICA NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO* FOR CHILDHOOD EDUCATION: A STEP BACK

Gabriela Medeiros Nogueira

Professora no Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande-FURG

Doutora em Educação

gabynogueira@me.com

No momento que o governo federal publica o documento Política Nacional da Alfabetização na página do MEC, não há como se furtar da análise, reflexão e questionamentos, especialmente porque a perspectiva indicada no referido documento, trará sérias implicações para a educação das crianças, mais especificamente no âmbito da Educação Infantil, levando ao retrocesso.

Em 2017, a Universidade Federal do Rio Grande - FURG aderiu ao Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC¹ e, neste contexto, atuei como formadora estadual de professores da pré-escola. Na formação, trabalhamos com o material “Leitura e escrita na Educação Infantil”² - um dos materiais indicados pelo MEC em 2017 – como referência teórica nos encontros com os professores.

Esse material publicado em oito volumes, foi organizado por professores universitários (UFMG, UFRJ e UNIRIO) para a formação continuada dos professores da Educação Infantil. Participaram da elaboração deste material 36 autores com reconhecida produção no campo da infância, tanto em âmbito nacional como internacional, com inúmeras evidências a partir de dados de pesquisa.

A perspectiva proposta na coleção Leitura e Escrita na Educação Infantil está em consonância com os documentos normativos produzidos pelo Conselho Nacional de Educação, tais como, o Parecer nº 20 (2009)³ e a Resolução nº 5

1 Coordenadora de Formação: Suzane da Rocha Vieira Gonçalves; Formadoras Estadual: Gabriela Medeiros Nogueira e Maria Renata Alonso Mota e Silvana Maria Bellé Zasso.

2 Projeto Leitura e escrita na Educação Infantil.. Belo Horizonte. Disponível em: < <http://www.projeto-leituraescrita.com.br> > Acesso em: mar 2019.

3 Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. **Parecer nº 20/09**. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, CNE, CEB, 2009.

(2009)⁴ que versam sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. A orientação é que esta etapa da educação básica deve possibilitar às crianças experiências com a cultura escrita por meio das interações e brincadeiras.

Na contramão do que vinha se constituindo até então como proposta para a Educação Infantil no Brasil, o documento Política Nacional de Alfabetização - PNA⁵ sugere que é na “[...] educação infantil, sobretudo da etapa pré-escolar, em que se devem enfatizar as habilidades e atitudes que predizem um bom rendimento na aprendizagem de leitura e escrita” (BRASIL, 2019, p. 32).

Esta perspectiva também fere os princípios da Educação Infantil que têm uma lógica contrária a mensurar rendimentos na aprendizagem de leitura e escrita. Ao indicar aspectos como “inibição ou controle inibitório, memória de trabalho ou memória operacional e flexibilidade cognitiva” (BRASIL, 2019, p.31), a política que vem sendo instituída pelo atual governo, desconsidera as inúmeras pesquisas realizadas nos últimos trinta anos no âmbito da pós-graduação no Brasil, muitas delas evidenciando que modelos instituídos no país no século passado foram fadados ao fracasso⁶.

Destaco que ainda em 2019, orientei a pesquisa de Eliane da Costa Brião (2019)⁷, realizada no âmbito do mestrado (PPGEDU/FURG) sobre a leitura e a escrita no contexto das políticas nacionais para a Educação Infantil a partir da década de 1990 até 2017. A pesquisa mostra a evidente consonância do discurso do atual governo com o que ocorria há 30 anos no país. A agenda neoliberal ressaltava a recuperação de economia, sendo que, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) aparecia “[...] camuflado com a bandeira da ‘modernização’ e da ‘globalização’, afinal, FHC ‘trabalha para colocar o Brasil no primeiro mundo’, afirmam os partidários do presidente, endossando as autoritárias e desastrosas medidas adotadas em nome da ‘modernização’ [...]” (ARCE, 2001, p. 255).

A modernização aliada à globalização e ao neoliberalismos apresenta uma tendência de homogeneização cultural, refletindo “[...] em uma agenda educacional que privilegia, se não impõe de modo direto, certas políticas

4 Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. **Resolução n°5/09**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, CNE, CEB, 2009b.

5 Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA: Política Nacional de Alfabetização/ Secretaria de Alfabetização. – Brasília : MEC, SEALF, 2019.

6 Produção disponível em sites como Banco de Teses e Dissertações da CAPES; Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, e divulgadas em periódicos acadêmicos qualificados.

7 A dissertação *Leitura e escrita na Educação Infantil a partir do contexto das políticas nacionais (1996-2017)* defendida por Eliane da Costa Brião e orientada por Gabriela Medeiros Nogueira no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU/FURG). A dissertação está disponível em disponível em: <https://argo.furg.br/?BDTD12497>.

de avaliação, financiamento, padrões, formação de professores, currículo, instrução e testes” (BURBULES e TORRES, 2004, p. 19)⁸.

Essa agenda neoliberal ressurgiu de forma ainda mais evidente, conforme pode ser observado no excerto retirado do PNA:

Constituem mecanismos de avaliação e monitoramento da PNA: - avaliação de eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementados; - incentivo à difusão tempestiva de análises devolutivas de avaliações externas e ao seu uso nos processos de ensino e de aprendizagem; - desenvolvimento de indicadores para avaliar a eficácia escolar na alfabetização; - desenvolvimento de indicadores de fluência em leitura oral e proficiência em escrita; - incentivo ao desenvolvimento de pesquisas acadêmicas para avaliar programas e ações desta política (BRASIL, 2019, p. 45).

Como fica evidente, estas políticas de reformas educacionais instituídas no governo FHC retornam com força no governo atual. “Esta lógica neoliberal é considerada problemática a medida que as políticas ficam centralizadas no governo federal, cabendo a ele definir currículo, avaliação, determinar reformas no ensino e formação de professores. Ball (2005) denomina a tecnologia de controle de performatividade, sendo que nesta perspectiva o professor é subjetivado tornando-se, não raras vezes, “um empresário da educação, sua identidade passa ser marcada pela eficiência, produtividade e desempenho, que pode ser verificada pela avaliação que o governo realiza das escolas e profissionais” (BRIÃO, 2019, p. 127).

Cabe destacar ainda, que na década de 1990, o Bando Mundial foi o que mais investiu na Educação Infantil. Com relação a pré-escola, apoiado no “[...] modelo formal de educação pré-escolar e está diretamente ligada ao ensino fundamental, pois concebe esta etapa uma prolongação antecipada da escolarização, com o objetivo de prevenir o fracasso escolar e, conseqüentemente, economizar recursos” (LUCAS, 2013, p. 54).

No final dos anos 1990, o “Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – RCNEI” (1998), foi material indicado para a formação dos professores, cuja orientação é de que a leitura seja utilizada para promover a aprendizagem da escrita, em uma perspectiva preparatória para o Ensino Fundamental. Brião (2019, p. 45) ressalta que “o terceiro volume deste referencial aprofunda a discussão sobre as atividades de leitura e de escrita na Educação Infantil. Inicialmente apresenta o conceito de letramento mas, aos poucos, suas orientações vão se direcionando ao processo de sistematização da escrita”.

8 BURBULES, Nicholas C. e TORRES, Carlos Alberto (Orgs.) **Globalização e educação** – perspectivas críticas. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

É possível identificar no material, orientações para o professor para promover a aprendizagem sistematizadas da escrita, como, por exemplo: “Saber escrever o próprio nome é um valioso conhecimento que fornece às crianças um repertório básico de letras que lhes servirá de fonte de informação para produzir outras escritas” (BRASIL, 1998b, p. 147).

Entretanto a visão de que a criança ao escrever o próprio nome terá conhecimentos suficientes para outras escritas é bastante equivocada, pois diversos pesquisadores brasileiros, tanto pedagogos como linguistas, já mostraram cientificamente os conhecimentos implicados no processo de aprender a escrever e ler o sistema de escrita alfabético. Seria um reducionismo sem precedente, acreditar nisso diante do amplo e complexo processo que exige a aprendizagem da escrita.

Sobre as práticas indicadas nos RCNEI, Nogueira e Peres (2013) identificam como práticas realizadas no 1º ano do Ensino Fundamental. Com base nos estudos de Soares, estas práticas são criticadas pelas autoras: “[...] indicando uma proposta tradicional de alfabetização orientada por uma perspectiva associacionista que atualmente é, de acordo com Soares (2004a), inaceitável e insuficiente” (NOGUEIRA; PERES, 2013, p. 77). Para essas autoras, a alfabetização na perspectiva associacionista é estabelecida na cópia e repetição de letras.

Desse modo, fica evidente que o trabalho com a leitura e a escrita na Educação Infantil delineado nos RCNEI, tem enfoque preparatório para alfabetização, a fim de compensar os fracassos do Ensino Fundamental.

Essa perspectiva é rompida com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil publicadas em 2009, as quais visam assegurar as crianças como sujeitos históricos e de direitos, aspectos já previstos na Constituição Federal. Segundo as diretrizes:

A criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere (BRASIL, 2009, p. 6).

As crianças aprendem por meio de interação com os adultos e com a cultura, sendo que elas possuem formas específicas de se relacionar com o mundo e neste sentido também está o trabalho com as linguagens:

Quando se volta para construir conhecimentos sobre diferentes aspectos do seu entorno, a criança elabora suas capacidades linguísticas e cognitivas envolvidas na explicação, argumentação e outras, ao mesmo tempo em que amplia seus conhecimentos sobre o mundo e registra suas descobertas pelo desenho ou mesmo por formas bem iniciais de

registro escrito. Por esse motivo, ao planejar o trabalho, é importante não tomar as linguagens de modo isolado ou disciplinar, mas sim contextualizadas, a serviço de significativas aprendizagens (BRASIL, 2009a, p. 15).

De acordo com as DCNEI o trabalho com as linguagens na Educação Infantil tem características específicas, diferentemente das outras etapas escolares, as práticas na Educação Infantil devem atender estas especificidades e respeitar as singularidades das crianças.

No Parecer nº 20/2009 que trata sobre as DCNEI, há um reconhecimento explícito da presença da linguagem escrita na sociedade, isso representa um avanço nas políticas para Educação Infantil, pois a criança vive em um contexto letrado que desperta seu interesse pela escrita.

Em um sentido inverso, o documento Política Nacional de Alfabetização busca fundamento “nas evidências científicas mais recentes das ciências cognitivas” (BRASIL, 2019, p. 30 e 31) ressaltando como necessário trabalhar desde a Educação Infantil, as seguintes variáveis: conhecimento alfabético; consciência fonológica; nomeação automática rápida; nomeação automática rápida de objetos ou cores; escrita ou escrita do nome; memória fonológica; conceitos sobre a escrita; conhecimento de escrita; prontidão para a leitura; processamento visual. Destacando que “é recomendável que sejam promovidas na educação infantil, a fim de contribuir com o processo de alfabetização no ensino fundamental” (BRASIL, 2019, p. 31)

Estas indicações estão implicadas no trabalho pedagógico de um processo de alfabetização sistemático, com ressalvas, porque não existe resposta automática num processo de alfabetização, mas aprendizagens significativas. Além disso, as discussões teóricas e metodológicas sobre o domínio da escrita já têm, pelo menos três décadas de produção evidenciando que sua aprendizagem implica num domínio conceitual (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985) porque ela é um objeto de conhecimento e não um código. Também que se trata de um sistema notacional que tem princípios e propriedades (MORAIS, 2005) a serem aprendidas por aqueles em processo de alfabetização. Assim, abordar a aprendizagem da escrita como automatização, é muito equivocado e demonstra falta de conhecimentos científicos do campo.

Encerrando o texto, sem cessar o debate, é preciso problematizar as propostas atuais para educação das crianças as quais levam a uma prática mecânica de decodificação do escrito comprovada como retrógrada e ineficiente. As pesquisas, as produções e os avanços no campo da alfabetização e da Educação Infantil não podem ser desconsiderados, negligenciados e até mesmo silenciados em prol de uma política nefasta e

altamente ideológica que vem se instalando no Brasil, embora o discurso do governo afirme que não há ideologia na política atual.

Referências

ARCE, Alessandra. **Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo**. 2001. Revista Educação e Sociedade. vol. 22, nº 74, Campinas, 2001.

BURBULES, Nicholas C. e TORRES, Carlos Alberto (Orgs.) **Globalização e educação – perspectivas críticas**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004

BALL, Stephen. **Profissionalismo, gerencialismo e performatividade**. Cadernos de Pesquisa. vol. 35, nº 126, Campinas, 2005.

LUCAS, Maria Angélica Olivo Francisco. **Os processos de alfabetização e letramento na educação infantil: contribuições teóricas e concepções de professores**. São Paulo: USP, 2008. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2008.

NOGUEIRA, Gabriela Medeiros; PERES, Eliane. **A supremacia da perspectiva associacionista em práticas alfabetizadoras no 1º ano do ensino fundamental de nove anos**. Educação em Revista. v. 29, nº. 02, Belo Horizonte, 2013.

FERREIRO, Emília e TEBEROSKY, Ana. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1985.

MORAIS, Artur Gomes. Se a escrita é um sistema notacional (e não um código) que implicações isto tem para a alfabetização?. In: MORAIS, Arthur Gomes; ALBUQUERQUE, Eliane Borges Correia e LEAL, Telma Ferraz (Orgs.). **Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética**, Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.29-46.

BRIÃO, Eliane Costa. **Leitura e escrita na educação infantil a partir do contexto das políticas nacionais (1996-2017)**. Orientador: Profa. Dra. Gabriela Medeiros Nogueira. 2019. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019.